

Disputas cartográficas e diplomáticas entre Portugal e Espanha pelos direitos das ilhas das especiarias no século XVI

Rodrigo Calefi

DOI: 10.47573/aya.5379.2.102.15

INTRODUÇÃO

As Ilhas Molucas, na atual Indonésia, conhecidas durante o século XVI como “Ilhas das Especiarias”, foram protagonistas de uma acirrada disputa entre as monarquias portuguesa e espanhola há cerca de quinhentos anos. Controlá-las significava obter o domínio comercial de importantes produtos comerciais, como o cravo e a noz-moscada. Exatamente por este motivo, foram alvo de desentendimentos, entre ambas as partes, num processo em que a manipulação do espaço geográfico, especialmente através da cartografia, foi essencial para a solução de questões diplomáticas e no exercício do Direito Internacional, mesmo num contexto em que os Estados-Nações modernos estivessem apenas em seus processos embrionários na Europa.

Para que entendamos a Querela das Molucas em suas nuances, é importante situá-la dentro do amplo contexto diplomático em que ambas as Coroas ibéricas estavam inseridas, especialmente no que se referia à exploração e expansão comercial marítima. Para tanto, neste artigo será feita uma recapitulação dos tratados políticos e negociações entre Portugal e Castela desde o final do século XV, a começar pelo Tratado de Alcáçovas-Toledo de 1479, passando pelas Bulas Alexandrinas e o Tratado de Tordesilhas da década de 1490, até os desdobramentos que levaram à assinatura do Tratado de Zaragoza em 1529. Em relação a este último, também será discutida a influência que sofreu da cartografia, especificamente da utilização dos mapas de Diogo Ribeiro como forma de argumentação científica em prol do estabelecimento das Molucas dentro do território espanhol.

DE ALCÁÇOVAS A TORDESILHAS

Na década de 1470, a Península Ibérica passava por um período de instabilidade política – o que, como veremos, não seria um cenário incomum também nas décadas seguintes. A Espanha passava por um conflito interno devido à disputa pela sucessão do trono castelhano entre Joana, a “beltraneja”, e os reis católicos Isabel de Castela e Fernando de Aragão. Embora o rei Afonso V de Portugal tenha apoiado Joana belicamente, os que saíram vitoriosos foram Isabel e seu marido.¹ Neste mesmo período, ocorria também outro embate, este relacionado à expansão marítima e aos entrepostos de ambas as coroas. Em 1479, com Isabel consolidada como legítima governante de Castela, ambas as coroas decidiram se reunir em Alcáçovas, para selar, de uma vez por todas, a paz, tanto no tocante à guerra na Península Ibérica quanto às dissidências em relação às novas rotas e posses coloniais que os dois países começavam a explorar.

Resumidamente, o Tratado, além de selar a paz, também dividia claramente as posses e rotas reservadas a cada uma das coroas no ultramar. Em resumo, Portugal teria direito às Ilhas Atlânticas Lusas, além do reino de Fez e as províncias da Guiné. Para Castela, ficavam reservadas as Ilhas Canárias. Quanto à navegação, todas as águas ao sul destas ilhas deveriam ser desbravadas apenas por navios portugueses, enquanto que o mesmo se aplicava ao norte, mas em relação às embarcações castelhanas.²

Após a assinatura do Tratado de Alcáçovas, houve um período de relativa paz entre as coroas ibéricas. Por 14 anos, a divisão feita pelos monarcas foi suficiente para sanar as suas próprias necessidades e intenções ultramarinas. Em 1493, contudo, a volta da expedição de

¹ RUMEU DE ARMAS, Antonio. *El Tratado de Tordesillas*. Madri: MAPFRE, 1992, p. 73.

² *Ibidem*, p. 83.

Cristóvão Colombo inauguraria uma nova rodada de rivalidades.

O navegador genovês acreditava ter chegado não a um continente novo, mas à costa oriental da Ásia. Natural que assim fosse, na verdade. Colombo era um navegador acostumado ao Mar Mediterrâneo. A empresa espanhola de encontrar o caminho das Índias pelo Ocidente levava como pressupostos os conhecimentos de mundo já circulantes na Europa desde a Antiguidade, e foi natural, portanto, que o italiano pensasse que tivesse chegado não a uma terra desconhecida, mas sim à porção mais oriental das Índias.³

A chegada àquelas terras trazia, para Castela, a euforia de poder abrir uma rota comercial e, assim, ingressar no mercado de especiarias. Para Portugal, aquilo se traduzia no medo de ficar para trás de seus vizinhos na empreitada da expansão marítima. Portanto, foi natural que houvesse um grande aumento nas tensões entre os monarcas.

Para evitar um conflito bélico, os ibéricos recorreram, novamente, à diplomacia. Num primeiro momento, as negociações diretas entre as duas partes foram pouco eficazes. A interpretação portuguesa do Tratado de Alcáçovas não parecia correta aos olhos dos diplomatas castelhanos, e assim, chegaram a um impasse. Foi neste momento que Castela buscou o amparo do Vaticano para buscar uma resolução – evidentemente, de forma que fosse favorável aos castelhanos, garantindo-lhes a posse e direito de usufruto das terras recém-descobertas. Assim, foram publicadas pelo papa Alexandre VI, ainda em 1493, as bulas *inter caetera*. Antonio Rumeu de Armas explica que, apesar da incontestável autoridade que o papa detinha na Europa ocidental, as bulas papais não eram necessárias para legitimar o domínio dos reis cristãos sobre terras de infiéis e, portanto, nem sempre eram solicitadas.⁴ Ainda assim, em determinadas situações, provaram-se, no mínimo, convenientes.

Foi este o caso da bula *inter caetera*. Solicitada pelo monarca castelhano ao papa Alexandre VI – que, por sinal, tinha seu nome de batismo Rodrigo Borja e era nascido na Espanha –, favorecia, sem dúvidas, os interesses de Castela. Ela assegurava, naquele contexto, a posse das novas terras descobertas por Colombo à Espanha, e traçava uma nova linha de demarcação, que substituiria a divisão que fora interposta em Alcáçovas 14 anos antes. Agora, as terras descobertas e por descobrir por Castela e Portugal seriam divididas por uma linha imaginária que cortava o globo terrestre de norte a sul, e que passaria 100 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde. A última das bulas de 1493 versava, ainda, sobre a possibilidade de embarcações castelhanas chegarem às Índias Orientais através da navegação do Atlântico rumo ao oeste, tal qual almejava Colombo e, três décadas mais tarde, Fernão de Magalhães, já com a concepção bem estabelecida de que a América era um continente novo e não a parcela mais oriental da Ásia.⁵

Importante ressaltar, nesse sentido, que as bulas versavam claramente também sobre a missão de evangelizar os povos estrangeiros infiéis – não à toa, não havia preocupação aparente alguma com o fato de arbitrariamente dividir o mundo inteiro entre dois reinos que sequer haviam estabelecido contato com muitas das regiões em pauta, simplesmente pelo fato de serem cristãos. Neste sentido, os interesses de indígenas e povos não cristãos da América e da Índia foram colocados completamente de lado. Ainda assim, esse ímpeto evangelizador das coroas ibéricas no processo de expansão marítima e colonização seria, embora incontestavelmente

³ DUSSEL, Enrique. 1492: O Encobrimento do Outro: A Origem do Mito da Modernidade. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 29.

⁴ *Ibidem*, p. 115.

⁵ *Ibidem*, p. 124.

presente, secundário quando comparado com o interesse da exploração econômica, tanto das especiarias do sudeste asiático desde o início do século XVI, quanto da prata e do ouro das Américas logo em seguida.⁶

As bulas papais não agradaram ao rei português. Portanto, apesar da mediação do Vaticano, logo surgiu a necessidade de os países vizinhos retomarem a negociação, agora de forma mais direta. Em março de 1494, iniciaram-se as tratativas em Tordesilhas. Os espanhóis, fortalecidos pelo amparo do Pontífice, entravam mais fortes na negociação. Contudo, para evitar que as tensões deteriorassem ainda mais a já frágil relação entre os reinos ibéricos, os diplomatas castelhanos entendiam que seria necessário ceder em algumas exigências portuguesas. Um conflito armado contra Portugal não era desejado por Castela, pois seria um grande empecilho às pretensões do reino. Neste sentido,

Una guerra contra Portugal pondría en peligro el monopolio integral de las islas y tierras recién descubiertas y las que todavía quedaban por explorar. Colón durante el segundo viaje admitió como posible darse de bruces con una escuadra lusitana en lo más remoto del Océano.⁷

Assim sendo, ficou acordado que a linha de demarcação seria deslocada mais 270 léguas a oeste, ficando estabelecida, agora, a 370 léguas de Cabo Verde.

A insistência de Portugal por tal deslocamento gera diferentes interpretações plausíveis. Primeiramente, o deslocamento da linha a oeste permitia às embarcações portuguesas uma maior margem para manobrar e aproveitar as correntes marítimas ao redor da África, o que facilitava a navegação pela Rota do Cabo. Há, ainda, quem defenda a tese de que, em 1494, já havia o conhecimento, protegido sigilosamente por Portugal, da existência da costa brasileira e de sua localização, seis anos antes da chegada das esquadras de Vicente Pinzón e Pedro Álvares Cabral.⁸

Enquanto as bulas papais versavam principalmente sobre os direitos castelhanos de navegação e por onde deveriam navegar os navios espanhóis, o Tratado de Tordesilhas de fato dividia o mundo entre as duas coroas. O termo acabou por ser, inicialmente, bastante benéfico a Portugal, e ainda mais após a chegada de Cabral ao Brasil – embora as terras tupiniquins não fossem obter uma relevância maior dentro do Império Português por praticamente um século.

O Tratado de 1494 versava somente sobre uma linha, que passava sobre o Atlântico. Contudo, anos mais tarde, desde a chegada dos portugueses às Índias e, principalmente, após a viagem de Magalhães-Elcano, viu-se a necessidade de dividir o mundo também no outro extremo. Inicialmente, não havia um consenso de como fazer isso. A ideia preponderante e mais natural, entretanto, foi a de considerar a linha de Tordesilhas como um ponto de partida para traçar um antimeridiano, o que foi sendo gradualmente aceito por ambos os lados como forma padrão de divisão.

Mas se a delimitação de Tordesilhas no Atlântico já se mostrou uma tarefa difícil na prática dada a limitação da técnica de medição longitudinal da época, traçar o antimeridiano se mostraria ainda mais desafiador, não somente pela distância do Extremo Oriente da Europa, mas também pelos fortíssimos interesses comerciais dos ibéricos na região. É neste contexto que, como veremos, poderá ser observada a alçada sem precedentes da produção cartográfica a uma

⁶ *Ibidem*, p. 128.

⁷ *Ibidem*, p. 144.

⁸ *Ibidem*, p. 146.

relevância cada vez maior no âmbito das negociações diplomáticas entre Portugal e Castela.

AS JUNTAS DE BADAJOZ-ELVAS E O TRATADO DE ZARAGOZA DE 1529

O retorno da nau *Victoria* a Sevilha, em 1522, com os dezoito sobreviventes da circum-navegação iniciada por Fernão de Magalhães três anos antes, implicou um novo momento de ápice das tensões entre as duas coroas. A empreitada idealizada por Magalhães ameaçava o monopólio que Portugal vinha construindo no Oriente, e dava a Castela ainda mais motivos para contestar a abrangência dos direitos de Portugal em relação à exploração de especiarias – em especial no que se referia à posse das Molucas e do comércio de cravo.

A imprecisão da localização do antimeridiano de Tordesilhas culminava numa acalorada discussão, entre ambos os lados, acerca da localização das ilhas. Durante as primeiras décadas do século XVI, foi muito comum que cronistas e nobres lusitanos defendessem que as ilhas ficavam dentro do hemisfério português do mundo, ao mesmo passo que castelhanos acreditavam que o arquipélago estava situado do lado castelhano da linha. Esta discordância pode ser observada com bastante clareza na produção cartográfica do período, com a tendência de cartógrafos contratados pela Coroa Castelhana situarem as ilhas mais a leste. Do lado oposto, o fenômeno se invertia.

Logo após o retorno de Elcano e dos outros dezessete sobreviventes, D. João III reclamou formalmente a Carlos V, alegando que a circum-navegação correspondia a uma violação das possessões portuguesas. Carlos, por sua vez, retrucou dizendo que o simples fato de Portugal ter chegado antes não significava que as Molucas automaticamente pertenciam àquele país.⁹ Em 1524, os dois lados concordaram em iniciar negociações para sanar este litígio, numa tratativa que aconteceria nas cidades fronteiriças entre Portugal e Espanha de Badajoz e Elvas.

As juntas de Badajoz e Elvas reuniam diversos diplomatas de ambos os lados. Do lado castelhano, havia um cartógrafo nascido em Portugal, mas que servia a Carlos V, chamado Diogo Ribeiro. Como veremos, Ribeiro viria a ser muito importante naquele contexto, pois seus mapas viriam a desempenhar um papel diplomático sem precedentes no mundo europeu.

As negociações eram difíceis, em grande parte, porque nenhum dos lados queria expor suas preciosas informações acerca da navegação – mapas, cartas e cálculos astronômicos eram em grande parte sigilosos e, portanto, não interessava aos diplomatas expô-los ao lado concorrente. Nesse ínterim, há relatos do uso da espionagem para obter informações que poderiam ser úteis nas negociações. Além disso, Diogo Ribeiro, por ter servido anteriormente ao monarca português, possuía informações privilegiadas de ambas as partes. Outro artifício utilizado nas negociações foram os globos terrestres, que permitiam projeções mais precisas dos contornos geográficos.

Um dos argumentos mais fortes levado pelos espanhóis era o relato de Juan Sebastián Elcano, que tinha grande validade por conta de sua experiência durante a viagem de circum-navegação. É justamente com base neste relato que o cartógrafo espanhol Nuño García embasou sua carta de 1522, a qual foi levada pela comitiva castelhana às negociações.¹⁰ Este mapa foi um dos primeiros a traçar explicitamente o antimeridiano, o qual cortava a ilha de Sumatra, numa

⁹ BROTTON, Jerry. *Uma história do mundo em doze mapas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 221.

¹⁰ *Ibidem*, p. 227.

posição bastante favorável à coroa castelhana, já que colocava grande parte das Índias Orientais sob a posse de Carlos V – tendência que se repetiu em vários dos mapas utilizados pela comitiva castelhana.¹¹ Além disso, o cronista Antonio Pigafetta foi claro em seu relato ao situar as ilhas 161º a oeste da linha de demarcação, ou seja, dezenove graus hemisfério castelhano adentro.¹² Ainda assim, Portugal possuía um grande repertório decorrente da navegação pela Rota do Cabo, bem como suas próprias produções cartográficas. Os lusos argumentavam que os mapas e relatos levados pela comitiva castelhana não passavam de suposições, e que portanto seria necessário realizar novos cálculos, com base em “eclipses lunares e estrelas fixas”.¹³ O lado espanhol, entretanto, não achou essa solução viável, dado o longo tempo que demandaria – o que gerou um impasse nas negociações. A comitiva castelhana admitiu, por fim, que nenhum dos lados conseguiria convencer o outro de que as Molucas estavam em seu lado.¹⁴ O prazo estipulado foi esgotado, e as tratativas foram encerradas sem uma solução.

Figura 1 – GARCÍA, Nuño. Mapa do Oceano Índico. 1522, Biblioteca Reale di Torino, Turim. No mapa, a linha de demarcação aparece com bastante destaque, em vermelho, passando exatamente pelo centro de Sumatra.



Com o fim das negociações sem uma solução, o direito à exploração das Molucas ficou em aberto. Nos anos que seguiram, Portugal seguiu fortalecendo sua presença na região, com a

11 RUMEU DE ARMAS, Antonio. *Op. Cit.*, p. 223.

12 PIGAFETTA, Antonio. *A primeira viagem ao redor do mundo: o diário da expedição de Fernão de Magalhães*. Porto Alegre: L&PM, 2019, p. 176.

13 PINO ABAD, Miguel. *El Tratado de Zaragoza de 22 de Abril de 1529 Como Anticipo a la Conquista de Filipinas*. In: FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Manuela (coord). *Guerra, derecho y política*. Valladolid: Asociación Veritas para el Estudio de La Historia, el Derecho y las Instituciones, 2014, p. 28.

14 BROTTON, Jerry. *Op. Cit.*, p. 229.

construção de fortalezas em Ternate e Tidore. Castela, por sua vez, tentou ingressar no comércio de especiarias através da rota do Estreito de Magalhães. Foi neste contexto que ordenou a viagem de Garcia Jofre de Loaysa, que culminou em fracasso. Castela não conseguiu, neste período, estabelecer uma rota comercial viável até as Molucas. Resumidamente, neste meio tempo, ambos os reinos reivindicavam a posse das ilhas – Portugal com o principal argumento de ter chegado e se estabelecido antes no arquipélago, e Castela, como veremos, com uma linha de argumentação pautada principalmente na cosmografia e cartografia, com a tentativa de criação de uma realidade geográfica que situasse Maluco dentro do hemisfério castelhano.

A questão ficou indefinida até o final da década de 1520. Apesar do fracasso de Loaysa e das outras empreitadas castelhanas, D. João III via com preocupação as movimentações de Castela, e por isso achou prudente buscar uma resolução que garantisse a Portugal os direitos sobre as ilhas. Chegou a propor, assim, a compra dos eventuais direitos castelhanos sobre as Ilhas.¹⁵

Quando as tratativas foram reabertas em Zaragoza, passaram por momentos tão tensos quanto em Badajoz e Elvas, chegando a serem interrompidas no final de 1528, permanecendo inertes até fevereiro de 1529. Mas nesta ocasião, as negociações foram mais frutíferas.¹⁶ Por fim, Carlos V aceitou vender as Molucas para D. João III, e o Tratado que firmava a negociação foi assinado em 1529.

[...] dijeron los dichos Gran Canciller, Obispo de Osma, y Comendador Mayor de Calatrava, procuradores del dicho Señor Emperador y Rey de Castilla, que ellos, en su nombre, por virtud de la dicha procuración [poder], vendrían, como luego de hecho vendieron, desde este día, para siempre jamás, al dicho Señor Rey de Portugal, para él y todos sus sucesores de la Corona de sus Reinos, todo el derecho, acción, dominio, propiedad y posesión, o casi posesión, y todo el derecho de navegar, contratar y comerciar, por cualquier modo que sea, que el dicho Señor Emperador y Rey de Castilla dice que tiene y podría tener por cualquier vía, modo o manera que sea en el dicho Maluco, islas, lugares, tierras y mares [...] por precio de trescientos y cincuenta mil ducados de oro [...] que valgan en Castilla trescientos y setenta y cinco mrs [maravedíes] cada ducado [...].¹⁷

O preço pago pelas ilhas, de 350.000 ducados de ouro, correspondia a dezesseis vezes o orçamento disponibilizado dez anos antes para a expedição de Magalhães.¹⁸ Tratava-se de uma quantia interessante, principalmente se considerado o contexto político em que se encontrava Carlos V. Numa iminente guerra contra a França, o Imperador não somente conseguiria uma rápida resolução da Questão das Molucas, de forma que seu reino recebesse uma compensação econômica imediata, como também se aproximaria de Portugal para garantir a neutralidade dos lusitanos no conflito.¹⁹

Além disso, o tratado ainda previa a prerrogativa de Carlos devolver o montante pago a qualquer momento, de forma a reabrir os debates. Jerry Brotton explica que esta era “uma maneira inteligente de salvar as aparências, pois se tratava de uma cláusula improvável de vir a ser

15 RUMEU DE ARMAS, Antonio. *Op. Cit.*, p. 225.

16 PINO ABAD, Miguel. *Op. Cit.*, p. 30.

17 *Tratado de Zaragoza, 1529*, p. 18. Transliteração por Cristóbal Bernal, 2015. Tradução livre: “[...] disseram os ditos Grande Chanceler, Bispo de Osma, e Comendador Maior de Calatrava, procuradores do dito Senhor Imperador e Rei de Castela, que eles, em seu nome, por virtude da dita procuração, venderiam, como logo de fato venderam, deste este dia, para sempre jamais, ao dito Senhor Rei de Portugal, para ele e todos seus sucessores da Coroa de seus Reinos, todo o direito, ação, domínio, propriedade e posse, ou quase posse, e todo o direito de navegar, contratar, e comerciar, por qualquer modo que seja, que o dito Senhor Imperador e Rei de Castela disse que tem e poderia ter por qualquer meio, modo ou maneira que seja no dito Maluco, ilhas, lugares, terras e mares [...] pelo preço de trezentos e cinquenta mil ducados de ouro [...] que valham em Castela trezentos e setenta e cinco maravedis cada ducado [...].”

18 SANCHEZ, Antonio. *Op. Cit.*, P.9.

19 BROTTON, Jerry. *Op. Cit.*, p. 234.

invocada, mas mantinha a ficção da crença de Castela na validade da sua reivindicação [de que as Molucas situavam-se no hemisfério castelhano]”.²⁰ Por fim, o tratado traçava uma nova linha, que demarcava os territórios no Oriente – em especial as Ilhas das Especiarias e as Filipinas – de forma mais eficaz do que antes se fizera com base na linha de Tordesilhas.

Como veremos adiante, foi possível que castelhanos convencessem os portugueses de que as ilhas pertenciam a Carlos principalmente por conta da argumentação baseada na cartografia. Assim sendo, a compra das ilhas por Portugal pôs fim às disputas que se arrastavam havia ao menos uma década. Contudo, apesar de o Tratado de Zaragoza simbolizar o fim da Questão das Molucas, a discussão quanto à localização longitudinal das ilhas seguiu existindo por várias décadas após sua assinatura. Isso pode ser constatado, por exemplo, quando D. João de Castro, vice-rei do Estado da Índia entre 1547 e 1548, escreveu ao rei de Portugal sobre o possível equívoco quanto à localização longitudinal de Maluco, em razão do fato de que a entrada do Mar Vermelho seria, na verdade, menor do que previamente se imaginava – e, portanto, as ilhas estariam algumas léguas dentro do hemisfério português.²¹ Outra ocasião em que o debate foi reaberto ocorreu em 1566, quando Felipe II utilizou-se de novas produções cartográficas e cosmográficas para rediscutir a posição das Filipinas em relação ao acordado em Zaragoza. Mesmo durante a União Ibérica, iniciada em 1580, reflexos da Questão das Molucas ainda ecoavam entre os membros da nobreza e estudiosos dos dois reinos.²²

A RELEVÂNCIA DA CARTOGRAFIA NA QUESTÃO DAS MOLUCAS

A disputa pelas Ilhas das Especiarias foi bastante complexa em todas as suas nuances, mas se houve um ponto em específico em que foi inovadora, foi na forma com que se relacionou com a cartografia. Embora mapas tenham sido utilizados diversas vezes como forma de manipulação do espaço geográfico por interesse do cartógrafo ou de seu patrocinador anteriormente – inclusive em disputas entre castelhanos e portugueses, como por exemplo em Alcáçovas e Tordesilhas –, foi durante a década de 1520, após o retorno da expedição de Magalhães-Elcano a Sevilha, que a produção cartográfica foi alçada a uma posição de autoridade diplomática sem precedentes.²³ Exemplo disso é o citado mapa de Nuño García de 1522, levado a Badajoz e Elvas pela comitiva espanhola, além de várias outras cartas e globos terrestres que foram objeto de discussão nas juntas. O Tratado de Zaragoza também determinava que o antimeridiano fosse determinado através de um mapa. Esta carta, contudo, não sobreviveu ao tempo.²⁴

Ainda assim, há uma série de mapas bastante relevantes para aquele contexto, de autoria de Diogo Ribeiro, os quais receberam bastante atenção neste estudo. Como veremos, Ribeiro fez um excelente uso dos conhecimentos cosmográficos, bem como das descrições da geografia feitas por relatos de viagem – destaque, aqui, para o relato escrito de Pigafetta e o argumento de Juan Sebastián Elcano –, para assegurar, através de seus mapas, a legitimidade das pretensões de Carlos V, a quem servia, em relação às Ilhas Molucas.

²⁰ *Ibidem*, p. 235.

²¹ DORÉ, Andréa. *Dos estreitos de Malaca ao Estreito de Magalhães: a viagem de Magalhães-Elcano na perspectiva asiática*. In: KALIL, Luís Guilherme Assis; FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira (Orgs). *1519: Circulação, conquistas e conexões na primeira modernidade*. Jundiaí: Paco Editorial, 2021, p. 115.

²² SÁNCHEZ, Antonio. *La Circunnavegación de Magallanes-Elcano, 1519-1522: ¿Una Aventura Iberica o un Viaje de Ciencia?* *Revista Mundo Investigación, Madrid*, v. 2, n. 3, 2018, p. 15.

²³ *Ibidem*, p. 14.

²⁴ BROTTON, Jerry. *Op. Cit.*, p. 236.

Neste sentido, é importante reforçar a concepção de que o mapa não é uma mera representação do espaço geográfico, fundamentada pela metodologia de J.B. Harley.²⁵ Mais que isso, é uma produção humana, e por isso deve ser interpretado de forma crítica enquanto fonte histórica, buscando compreender seus vieses dentro de sua subjetividade. Portanto, não se pode olhar para um mapa sem levar em consideração o fato de que seus elementos estão imbuídos, intencionalmente ou não, dos interesses, crenças e contexto de vida do cartógrafo que o produziu – e este fenômeno é muito acentuado quando tratamos da produção de Diogo Ribeiro.

O primeiro mapa de Ribeiro analisado é um planisfério datado de 1525, produzido logo após a participação do cartógrafo na comitiva castelhana em Badajoz e Elvas. Este mapa tem como centro o Oceano Atlântico, e apresenta o contorno de grande parte da costa do mundo conhecido na época. É um mapa pouco detalhado, já que não possui enfeites ou detalhes do interior dos continentes. Reflexos da circum-navegação de Magalhães-Elcano podem ser observados no mapa, principalmente no estreito que recebe o nome de seu descobridor.

Chama atenção o aparente destaque dado pelo cartógrafo às terras alvo de disputa entre Portugal e Castela. O arquipélago das Molucas aparece duas vezes, uma no extremo direito e outra no extremo esquerdo da carta. Além disso, a linha de demarcação aparece duas vezes – uma cortando a América do Sul, sendo esta a linha originalmente proposta em Tordesilhas, e que aparece centralizada, e outra passando pelas Índias Orientais, mais precisamente sobre a ilha de Sumatra e a Península Malaia, colocando tudo que está desde Malaca até o extremo leste dentro do hemisfério castelhano. Outro ponto inovador desta produção é a substituição dos tradicionais elementos decorativos com temática religiosa dos mapas europeus do período por representações de instrumentos de navegação, como um sextante e uma bússola. Este elemento, somado à evidente centralidade da linha de demarcação, destacada por bandeiras de ambas as coroas na parte inferior do mapa, evidencia o propósito científico e político do planisfério. Ribeiro não deixa dúvidas de que os elementos mais importantes de sua carta são aqueles atrelados à repartição do mundo entre Portugal e Castela.

Figura 2 – RIBEIRO, Diogo. Planisfério, 1525. Biblioteca Estense di Modena, Itália.



²⁵ HARLEY, J. B. *La Nueva Naturaleza de los Mapas. Ensaos sobre la historia de la cartografía*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2005.

Figura 3 – Detalhe do planisfério de Diogo Ribeiro de 1525. A linha de demarcação no Atlântico é representada por duas bandeiras, uma de Aragão e Castela e outra de Portugal. A esquerda, vê-se a porção mais austral da América do Sul, em que consta o topônimo “Estrecho de Fernam de Magalães”.

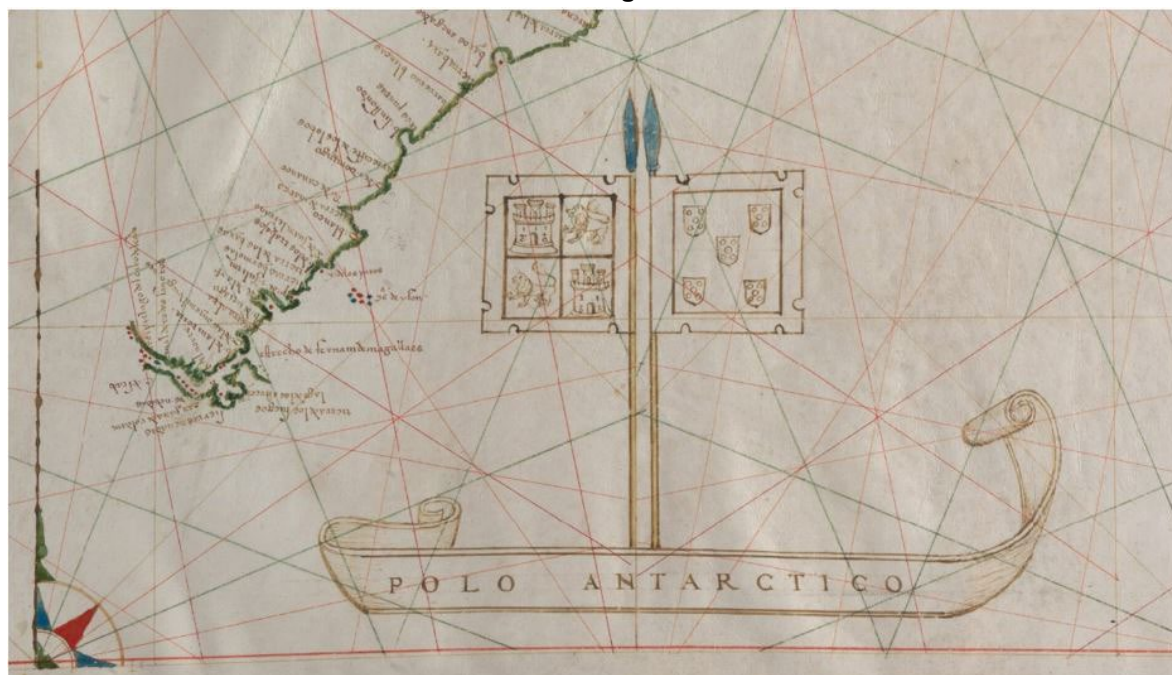


Figura 4 – Porção oriental do planisfério de 1525. No extremo leste, está situado o Arquipélago das Molucas. Abaixo, ligeiramente a oeste, aparece uma bandeira com o brasão da Espanha, não por acaso reafirmando o domínio castelhana sobre Maluco. As ilhas aparecem redesenhadas no mesmo mapa em sua extremidade ocidental, claramente dentro do hemisfério espanhol.



O próximo mapa de Ribeiro é datado de 1527. Segue o mesmo padrão do mapa anterior, mas é mais detalhado. Além de preencher lacunas deixadas em seu planisfério anterior, Ribeiro faz descrições, através de legendas, do uso dos equipamentos de navegação desenhados e. Ainda, através de um verbete, explica que as Ilhas das Especiarias foram posicionadas naquela latitude com base na opinião de Juan Sebastián Elcano, reforçando a autoridade do navegador por não somente ter visitado as ilhas, mas também por ter sido o primeiro a circum-navegar o globo terrestre.²⁶

O terceiro e último mapa de Ribeiro produzido neste padrão abordado por este estudo é também o mais famoso, datado de 1529. Claramente inspirado no primeiro, de 1525, e contendo os elementos descritivos do de 1527, é maior que os antecessores, e possui ainda mais detalhes e aspectos artísticos, como desenhos de navios navegando pelo Pacífico e Atlântico. Tudo no mapa, entretanto, parece apontar para uma direção bastante específica: a de que as Molucas pertenciam à Espanha. A linha de demarcação é posta 7,5° a oeste das Molucas. Além disso, os navios desenhados encontram-se acompanhados de descrições, alguns com a frase “voy a maluco”, outros com a frase “vengo de maluco”, numa clara intenção de presumir a existência, ou ao menos a possibilidade de existência de uma rota comercial às Ilhas do Cravo, através do hemisfério castelhano.²⁷

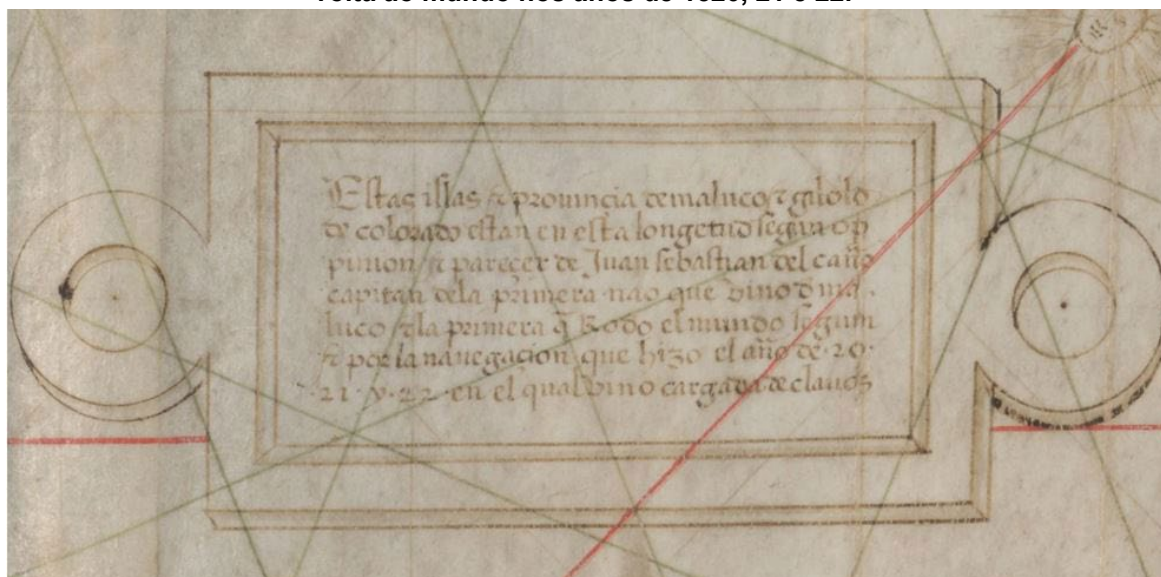
Figura 5 – RIBEIRO, Diogo. Carta Universal en que se contiene todo lo que del mundo se ha descubierta hasta agora, 1529. Biblioteca Apostolica Vaticana, Roma.



²⁶ BROTON, *Op. Cit.*, p. 234.

²⁷ *Ibidem*, p. 236.

Figura 6 – Detalhe do planisfério de Ribeiro de 1529. Nesta legenda, o cartógrafo explica que a Província de Maluco foi colocada nesta longitude com base no parecer de Juan Sebastián del Cano (Elcano), capitão da primeira nau que chegou às Molucas e que completou a primeira volta ao mundo nos anos de 1520, 21 e 22.



Figuras 7 e 8 – Outros recortes do mapa de 1529. À esquerda, um navio viajando pelo Pacífico Sul, com a inscrição “voy a maluco” abaixo; à direita, uma embarcação desenhada no Atlântico, próxima à costa brasileira, com a inscrição “vengo de maluco”.



O planisfério de 1529 de Ribeiro não chegou a ser utilizado na mesa de negociações em Zaragoza, muito pelo fato de ter sido concluído apenas no momento em que o Tratado já estava para ser definitivamente ratificado. Contudo, foi de relevância muito grande para fortalecer os argumentos apresentados pelos diplomatas castelhanos em prol da posse das Molucas por parte de Carlos V. O mapa argumenta de forma convincente que as Ilhas das Especiarias se encontravam dentro do hemisfério espanhol, e sua aparente objetividade científica apenas reforça este elemento. Hoje, pode-se precisar que as ilhas encontram-se a quase 5° a leste da

longitude onde passaria a linha de demarcação com base no acordado em Tordesilhas. Contudo, num contexto em que o cálculo longitudinal possuía muito mais limitações, Ribeiro conseguiu, através da manipulação dos elementos de sua obra, estabelecer uma realidade geográfica que convincentemente fixasse Maluco dentro do hemisfério espanhol, de forma a sustentar os interesses da Coroa castelhana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora muitos conceitos tenham se alterado ao longo dos séculos, a Querela das Molucas configurou um excelente exemplo de resolução de questões diplomáticas através do direito internacional público, isto é, da assinatura de tratados internacionais entre dois países em conflito. Mais que isso, é um dos, se não o primeiro momento da história em que um conflito foi solucionado, ao menos por algum tempo, de forma a utilizar argumentos científicos, notadamente a cartografia.

Os mapas corresponderam, naquele contexto, a uma importante ferramenta de convencimento para ambas as partes, e o saber geográfico, bem como as intenções subjetivas neles impressas, foram de suma importância para que a questão se desenvolvesse, pondo um fim oficial – ainda que não definitivo, haja vista que descontentamentos com os termos acordados em Zaragoza em 1529 foram relatadas em diversas fontes durante as décadas seguintes – à disputa entre portugueses e espanhóis.

REFERÊNCIAS

BROTTON, Jerry. Uma história do mundo em doze mapas. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

DORÉ, Andréa. Dos estreitos de Malaca ao Estreito de Magalhães: a viagem de Magalhães-Elcano na perspectiva asiática. In: KALIL, Luís Guilherme Assis; FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira (Orgs). 1519: Circulação, conquistas e conexões na primeira modernidade. Jundiaí: Paco Editorial, 2021.

DUSSEL, Enrique. 1492: O Encobrimento do Outro: A Origem do Mito da Modernidade. Petrópolis: Vozes, 1993.

PIGAFETTA, Antonio. A primeira viagem ao redor do mundo: o diário da expedição de Fernão de Magalhães. Porto Alegre: L&PM, 2019.

PINO ABAD, Miguel. El Tratado de Zaragoza de 22 de Abril de 1529 Como Anticipo a la Conquista de Filipinas. In: FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Manuela (coord). Guerra, derecho y política. Valladolid: Asociación Veritas para el Estudio de La Historia, el Derecho y las Instituciones, 2014.

HARLEY, J. B. La Nueva Naturaleza de los Mapas. Ensaíos sobre la historia de la cartografía. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2005.

RUMEU DE ARMAS, Antonio. El Tratado de Tordesillas. Madri: MAPFRE, 1992.

SÁNCHEZ, Antonio. La Circunnavegación de Magallanes-Elcano, 1519-1522: ¿Una Aventura Iberica o un Viaje de Ciencia? Revista Mundo Investigación, Madri, v. 2, n. 3, 2018.